

Volto então ao ponto inicial. A UFPI tem enorme responsabilidade do ponto de vista da criação de condições para o desenvolvimento dos fatores locais não-tradicionais para o superamento da economia piauiense. Isto não significa, é bom que se esclareça, uma ênfase em ensino de tipo tecnológico, voltado para o mercado, ou do tipo utilitário, para usar uma expressão mais geral. Ao contrário, trata-se de ativar nossas potencialidades intelectuais em toda a sua plenitude, reorganizando a instituição do ponto de vista burocrático; avançando no sentido de parcerias com ONGs e instituições internacionais de apoio e fomento à pesquisa e ao desenvolvimento; investindo esforços e recursos na qualificação do corpo de funcionários da instituição; encaminhando discussões abertas e transparentes sobre o futuro e alternativas institucionais; criando condições infra-estruturais e de trabalho para aqueles que buscam dedicação à pesquisa científica; estimulando a pós-graduação *stricto sensu* em postura pró-ativa, com a Pró-Reitoria funcionando como elemento indutor e facilitador de projetos; finalmente, investindo pesadamente no redesenho institucional, de forma que nossas fraquezas atuais sejam elementos motivadores para o desenvolvimento de habilidades e talentos cruciais para o Estado.

Ao insistirmos em reproduzir o passado e olharmos as dificuldades como obstáculos intransponíveis, estaremos apenas seguindo a trilha de atraso e exclusão de que tanto reclamamos. A mudança, porém, não depende apenas de boa vontade, é necessário um projeto, denso, claro, fruto de discussão aberta entre os vários setores da vida universitária. No entanto, este, é condição necessária, mas não suficiente. É igualmente fundamental o comprometimento, que implica revisão de prioridades, enfrentamento de resistências e garimpagem de apoios. Será que há agenda mais urgente para o próximo Reitor? ■

* WASHINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM é professor do Dept de Ciências Sociais/UFPI e Doutor em Ciência Política.

A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

* ALMIR BITTENCOURT DA SILVA

** MANOEL BOSCO DE ALMEIDA

O crescimento econômico moderno é caracterizado por elevadas e contínuas taxas de crescimento da renda *per capita* dos países. Um fato marcante nesse processo é que a elevação da renda *per capita* tem-se dado mesmo frente a elevadas taxas de crescimento populacional e sem a incorporação, no processo produtivo, de significativos recursos econômicos.

Tal resultado somente tem sido possível devido ao constante crescimento da produtividade agregada, o qual resulta da contínua introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo. Essas inovações, por seu turno, estão cada vez mais relacionadas ao avanço da ciência. Disso resulta a crescente importância tanto da ciência como da taxa de avanço tecnológico na determinação dos padrões de crescimento e aumentos de produtividade da economia, particularmente no setor industrial, bem como nas variações ao longo do tempo desses padrões entre países e entre indústrias de um mesmo país.

As diferenças nos padrões de crescimento entre países, por outro lado, têm-se constituído em um ponto central das teorias de crescimento e desenvolvimento econômico. Dados sobre renda *per capita* e produtividade, por exemplo, mostram grandes disparidades nos níveis e nas taxas de crescimento entre países e particularmente entre países ricos e pobres. Um aspecto a se destacar é que para um número expressivo de países esse hiato de renda *per capita* parece um fosso intransponível e no caso de muitos países em desenvolvimento esta distância que separa níveis distintos de padrões de vida tem na

realidade até mesmo aumentado ao longo do tempo.

Examinando os países desenvolvidos, principalmente os integrantes da OECD, constata-se uma contínua redução das disparidades e, portanto, uma maior equalização dos padrões econômicos de todo o conjunto de países que formam a mencionada organização. Este processo, que se convencionou qualificar de hipótese da convergência, é também denominado de processo de homogeneização, em contraposição ao processo de convergência conhecido por *catch-up*.

Este último, por sua vez, corresponderia a uma tendência de redução nos hiatos de produtividade e renda *per capita* entre países atrasados e desenvolvidos, mesmo em face da elevação do padrão de vida observado nestes últimos, resultando então na redução das desigualdades entre países ricos e pobres tanto em termos absolutos como relativos. A referida hipótese em sua essência procura examinar as causas para a existência de diferenciais de produtividade e renda *per capita* entre países e, em particular, por que razão em alguns casos os hiatos têm-se mantido ou mesmo ampliado, e em outros, diminuído.

Vários estudos dedicam especial atenção ao exame da contribuição de um conjunto de variáveis para o processo de convergência da produtividade ou do produto *per capita*. Muitos desses trabalhos têm investigado o caso da relevância da educação na explicação e influência sobre o crescimento econômico dos países e na intensificação dos processos de convergência. Na maioria dos estudos, pro-

cura-se examinar com minúcia a importância relativa dos três níveis de escolaridade – primário, secundário e superior – sobre o referido processo, a partir dos dados de matrícula e do grau de escolarização da força de trabalho. Uma das conclusões básicas sugere que a disponibilidade de educação fornecida aos habitantes de determinado país constitui um dos mais importantes fatores na explicação da redução do hiato de renda *per capita* observado entre as economias atrasadas e as mais prósperas.

Essa conclusão decorre sobretudo da constatação de que o grau de escolarização também age indiretamente como um fator impulsionador do crescimento por meio de seu efeito positivo sobre o investimento e, mais ainda, as evidências mostram a existência de uma forte complementaridade entre o investimento e a disponibilidade de força de trabalho qualificada, resultando que a convergência nas taxas de investimento em capital humano são acompanhadas de convergência nas taxas de investimento em capital físico.

Esse fato vem reforçar a necessidade de os países mais pobres mobilizarem recursos crescentes para investimento em todos os segmentos da educação, a fim de propiciarem a configuração de um efetivo processo de convergência do produto *per capita*. O desenho de políticas de desenvolvimento assentadas apenas no crescimento do estoque de capital físico não resultará em expansão sustentada da economia como, apesar de tudo, muitos ainda hoje acreditam. ●

*ALDIR BALEGRODI DA SILVA é professor do Dept. de Economia, UFPI, Mestre em Teoria Econômica/CAEN

**MARCOS BORGES DE ALMEIDA é professor de Economia do Curso de Doutorado em Economia da UFPA

A GÊNESE DA ECONOMIA COMO CIÊNCIA

*SEBASTIÃO CARLOS DA ROCHA FILHO

Já nos perguntamos: Por que somente no Século XVII a economia surge como ciência? Por que somente neste período é rompido definitivamente o cordão umbilical com a filosofia e a teologia? Este artigo pretende fazer uma reflexão sobre tais questionamentos com o objetivo de perceber qual o lugar da Ciência Econômica na escala evolutiva do pensamento humano. Perceber também quais os fatores de ordem filosófica, política e teológica que contribuíram para tal fim.

Uma semente para germinar precisa de um terreno fértil. A Economia não poderia surgir em um ambiente que não fosse propício. O mundo primitivo, antigo e medieval era caracterizado por fatores incompatíveis com a lógica de pensamento que deu fruto ao mundo moderno. Somente uma revolução no campo do trabalho, da religião e da filosofia seria capaz de fertilizar tal terreno. Mas, quais as características de tamanha infertilidade?

A preocupação humana com o problema da sobrevivência material é tão antiga quanto o próprio homem. O trabalho sempre foi o instrumental fundamental para satisfazer as necessidades vitais do homem. Porém, quando falamos de trabalho como gerador de riqueza nos surpreendemos porque é tão recente quanto o relógio mecânico. A sobrevivência das sociedades antigas era mantida através da força, com o trabalho escravo, ou da tradição familiar onde as profissões eram passadas de pai para filho. Os gregos por exemplo, tratavam o trabalho como uma atividade inferior. Era a atribuição dos escravos, classe inferior e desprovida de virtudes e saber. A atividade por excelência dos gregos era a política e a filosofia. Foi Aristóteles, o sistematizador do pensamento grego antigo, quem caracterizou a economia como atividade prática não direcionada à pólis, lugar privilegiado dos sábios.

Todos os pensadores antigos colocaram o conhecimento ligado às questões da natureza como inúteis e desprovidos de racionalidade. Racional era o mundo metafísico, das

ideias, supra-sensível.

Analisemos agora o terreno medieval. Todos nós sabemos que a cultura medieval é uma herança decadente da cultura grega. Foi o pensamento de Platão, Aristóteles e das correntes filosóficas do helenismo que serviu de base para a configuração daquilo que podemos chamar de "Pensamento Medieval". Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino foram os referenciais do conhecimento durante dez séculos, foram eles que definiram a metafísica cristã e a ética em relação ao trabalho, mercado e capital. Rotularam a busca da riqueza pela própria riqueza como pecado como também não concebiam o conceito de propriedade como fruto do ganho, do lucro. O homem medieval era um homem prisioneiro das estruturas políticas, sociais e religiosas. Livre era o homem sem fé, Deus e Senhor.

Não foi só a cultura grega que influenciou a cultura medieval, traços da cultura judaica também são marcantes dentro do pensamento cristão pois a religião católica é uma dissidência do judaísmo antigo. A aversão ao comércio é uma marca profunda. O comércio favorece o contato com povos estrangeiros, porém a figura do estrangeiro é vista de forma negativa como os escravos. Foi o contato com estrangeiros que fez com que o Império de Davi fosse dominado e o Povo de Deus condenado ao exílio.

"A sobrevivência das sociedades antigas era mantida através da força, com o trabalho escravo, ou da tradição familiar onde as profissões eram passadas de pai para filho. Os gregos por exemplo, tratavam o trabalho como uma atividade inferior."